



CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL: EXPERIÊNCIAS E BOAS PRÁTICAS INOVADORAS BRASILEIRAS



**República Federativa do Brasil Agência Brasileira de Cooperação
(ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE)**

Mauro Vieira

Embaixador, Ministro de Estado

Ruy Pereira

Embaixador, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação

Cecília Malaguti do Prado

Responsável pela Cooperação Sul-Sul Trilateral com Organismos Internacionais

Mariana Falcão Dias

Gerente de Projetos

Monica Salmito

Analista de Projetos

Hugo Peixoto Leão

Assistente de Projetos

Janaina Plessmann

Gerente de Comunicação

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-Habitat)

Elkin Velasquez

Diretor Regional para a América Latina e o Caribe

Rayne Ferretti Moraes

Chefe do Escritório do Brasil

Ana Elisa Larrarte

Gerente de Desenvolvimento de Programas,
Monitoramento e Avaliação

Aléxia Saraiva

Gerente de Comunicação & Advocacy

Daphne Besen

Gerente de Programas e Relações
Institucionais

Julia Caminha

Gerente de Gestão do Conhecimento

Leta Vieira de Sousa

Especialista em Resiliência e
Mudança Climática

Maria Fernandes Caldas

Especialista em Desenvolvimento
Urbano Sustentável

Tássia Regino

Especialista em Urbanização
de Assentamentos Precários
e Habitação Social

Vanessa Tenuta de Freitas

Assessora Técnica de Desenvolvimento
de Programas

Fábio Donato | Laura Collazos

| **Tiago Marques**

Analistas de Programas

Giselle Mansur Batista | Gustavo Aires Tiago

Pedro Araújo Patrício | Vivian Silva

Analistas de Dados

Flávia Scholz

Analista de Comunicação

Camila Nogueira

Designer Gráfico

Gabriela Gullich

Designer Gráfico Júnior

Claudia Bastos de Mello

Coordenadora Financeira

Jessica Blanco

Assistente Administrativa

Adriana Carneiro

Coordenadora de Recursos Humanos

Carina Lucena | Carolina Oliveira

Analistas de Operações

Mariana Assad

Assistente de Operações

Severino Marcelino de Azevedo

Motorista

FICHA TÉCNICA

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Laura Figueiredo
Analista de Programas

Patricia Eiko Aguchiku
Assistente de Programas

EQUIPE ANTERIOR

Luciana Tuszel
Coordenadora de Programas (de 2021 a 2024)

Camilla Almeida
Coordenadora de Programas (de 2024 a 2025)

Igor Rezende Vilela
Assistente de Programas (2023)

DIAGRAMAÇÃO

Camila Nogueira
Gabriela GÜLlich

REVISÃO FINAL

Julia Caminha

2025

PRÉÂMBULO

Os países do Sul Global compartilham desafios comuns e, ao mesmo tempo, um enorme potencial para construir caminhos conjuntos para o desenvolvimento urbano sustentável. Em um cenário marcado pela urbanização acelerada, pelas desigualdades socioespaciais e pelos impactos cada vez mais visíveis da crise climática, as cidades assumem papel central na promoção de bem-estar, inclusão e resiliência.

O Programa **Simetria Urbana – Promovendo a Urbanização Sustentável por meio da Cooperação Sul-Sul Trilateral** se desenvolve a partir desse entendimento. Ao fortalecer capacidades institucionais, promover a troca de conhecimentos e apoiar a adaptação de experiências brasileiras a diferentes contextos, a iniciativa cria pontes entre territórios que enfrentam desafios semelhantes, ampliando possibilidades de transformação local e colaboração.

Esta publicação reúne experiências brasileiras colaborativas selecionadas na chamada pública realizada em 2023. São iniciativas diversas, promovidas por governos locais, instituições públicas, organizações da sociedade civil e comunidades, que demonstram como soluções desenvolvidas de forma participativa e integrada podem gerar impactos reais nos territórios. A partir delas, reforça-se que políticas urbanas sustentáveis dependem tanto de inovação técnica quanto da articulação colaborativa entre instituições, organizações e comunidades, da coordenação entre múltiplos agentes e do compromisso político das instâncias governamentais.

A Cooperação Sul-Sul desempenha papel essencial nesse processo. Ao promover o intercâmbio em caráter horizontal, fortalece vínculos entre países parceiros e estimula a construção coletiva de respostas para desafios compartilhados. Alinhado com a Agenda 2030, a Nova Agenda Urbana e, em especial, o **ODS 11**, o Simetria Urbana reafirma o compromisso do Brasil em colaborar para o desenvolvimento urbano sustentável em nível local, regional e global.

Esperamos que este material contribua para inspirar novas iniciativas, ampliar o diálogo e fortalecer a colaboração entre instituições que trabalham pela transformação das cidades em lugares mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Que estas experiências sirvam como ponto de partida para reflexões e novas cooperações, estimulando soluções criativas, inclusivas e territorializadas em benefício das comunidades.

Cecília Malaguti do Prado

Agência Brasileira de Cooperação – ABC

Rayne Ferretti Moraes

ONU-Habitat Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. APRESENTAÇÃO DA PUBLICAÇÃO	2
3. EXPERIÊNCIAS E BOAS PRÁTICAS	3
Moradia Urbana com Tecnologia Social (MUTS)	4
Programa Agente Jovem Ambiental (AJA)	5
Parque Capibaribe	6
Jardins Filtrantes- Soluções Baseadas na Natureza no Parque Caiara	7
Centros Comunitários para a Paz (Compaz)	8
Planos de Bairro	9
Marias na Construção	10
Limpa São Gonçalo	11
Da Porta Para Dentro – Planejando o lar com design de interiores	12
Desenvolvimento de ônibus híbrido elétrico-hidrogênio e exploração de hidrogênio natural	13
Intervenção Integrada Urbana Socioambiental Climática na Travessa Laurinda	14
COR Lab	15
Programa PISTA – Parque de Inovação, Social, Tecnológico e Ambiental	16
Núcleo de Pertencimento (NUP), Ambiente Jovem	17
Construção Participativa de Instrumento para Arborização Urbana	18
Biodigestores em escolas	19
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
5. ANEXO: Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável	21



INTRODUÇÃO

Esta publicação integra o programa de Cooperação Sul-Sul Trilateral **“Promovendo a Urbanização Sustentável por meio da Cooperação Sul-Sul – Simetria Urbana”**, liderado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) e pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). O projeto tem como propósito apoiar governos nacionais e locais do Sul Global a avançarem em seus processos de urbanização sustentável, inspirados pelas experiências já implementadas no Brasil e reconhecidas pelo seu caráter transformador.

As atividades desenvolvidas têm como principal objetivo fortalecer as capacidades técnicas e institucionais dos governos subnacionais e nacionais do Sul Global para formular, implementar e acompanhar políticas, estratégias e ferramentas que respondam aos seus desafios urbanos. O papel da ABC e do ONU-Habitat é justamente articular essas conexões, aproximando saberes, mobilizando redes e apoiando a apropriação e implementação dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

Com a maior parte da população mundial vivendo em cidades, a governança urbana sustentável é essencial para lidar com desafios como o combate às mudanças climáticas e a promoção de maior sustentabilidade ambiental e justiça social. Cidades e instituições pelo Brasil já estão desenvolvendo soluções inovadoras para lidar com esses desafios, como fortalecer a resiliência climática e reduzir o risco de desastres.

Governos também estão juntando forças e aprendendo, uns com os outros, boas práticas em sustentabilidade. A Cooperação Sul-Sul em governança urbana representa uma oportunidade estratégica de fortalecimento do paradigma da colaboração, com benefícios mútuos para os participantes.

Este material apresenta uma seleção de boas práticas e experiências inovadoras em governança urbana sustentável implementadas por instituições brasileiras, que podem servir de referência para outros países do Sul Global, reforçando a vocação do projeto **Simetria Urbana** em contribuir para agendas mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.



ABC E A COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL

A Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) foi criada em 1987 com o mandato de planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento, nas vertentes técnica e humanitária, em todas as áreas do conhecimento. A ABC atua tanto na cooperação recebida de outros países e organismos internacionais quanto na cooperação realizada pelo Brasil com países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas voltadas à capacitação em gestão da cooperação técnica e à disseminação de informações. Sua atuação abrange iniciativas nos formatos bilateral, trilateral, multilateral e descentralizado, bem como em arranjos com grupos de países. Desde 2019, a Agência também passou a coordenar as ações de cooperação humanitária promovidas pelo Governo brasileiro.

Entre as modalidades que coordena, destaca-se a Cooperação Sul-Sul Trilateral. Essa abordagem reúne países em desenvolvimento, organismos internacionais e/ou países desenvolvidos, com o objetivo de somar esforços, compartilhar experiências e mobilizar recursos em benefício mútuo. Orientada pelos princípios de horizontalidade, neutralidade, não condicionalidade e orientação por demanda, amplia o alcance e a escala das iniciativas brasileiras, valorizando a troca de conhecimento e a construção conjunta de soluções para desafios comuns.

A cooperação Sul-Sul, em suas diferentes formas, desempenha papel relevante na promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países participantes. Ao aproximar países que vivenciam contextos e desafios semelhantes, contribui para o aprofundamento das relações políticas, econômicas e comerciais, além de estimular o intercâmbio de conhecimentos e técnicas em caráter não comercial. Embora conte majoritariamente com financiamento governamental, essa cooperação também permite a participação do setor privado, seja por meio de aportes técnicos, seja por contribuições financeiras, ampliando as possibilidades de inovação e sustentabilidade das iniciativas.

Mais do que um instrumento de transferência de conhecimento, a cooperação trilateral é um espaço de governança compartilhada, no qual responsabilidades, recursos e aprendizados são divididos entre os parceiros. Quando bem estruturada, fortalece vínculos políticos e técnicos e contribui para enfrentar desafios como a sustentabilidade, a redução da pobreza e a promoção de direitos sociais. Nesse espírito, a ABC desempenha um papel estratégico ao articular agentes públicos, privados e da sociedade civil, valorizando a experiência brasileira em desenvolvimento urbano sustentável e conectando-a a iniciativas de outros países do Sul Global.



ONU-HABITAT E AGENDAS GLOBAIS

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) foi criado em 1978 durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, a Habitat I, com o principal objetivo de promover cidades socialmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis. O ONU-Habitat trabalha em mais de 90 países para promover mudanças transformadoras por meio do conhecimento, assessoria em políticas públicas, assistência técnica e ação colaborativa. Realiza investigações inovadoras e capacitação, estabelece padrões, propõe normas e princípios, partilha boas práticas, monitora o progresso global e apoia a formulação de políticas relacionadas com cidades e assentamentos humanos sustentáveis.

O ONU-Habitat fornece assistência técnica a partir de sua experiência única em urbanização sustentável e resposta a crises. Implementa projetos para fornecer apoio personalizado e de valor agregado às parcerias locais e nacionais. Colabora com governos, agências intergovernamentais, agências da ONU, organizações da sociedade civil, fundações, instituições acadêmicas e o setor privado para alcançar resultados duradouros na abordagem dos desafios da urbanização.

Desde 2015, o trabalho do ONU-Habitat tem sido realizado a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Agenda 2030. Com 17 objetivos e 169 metas, os ODS são um plano de ação global criado para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e promover vida digna para todas as pessoas, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.





Com o objetivo de acelerar a implementação dos ODS, em especial o **ODS 11** (Cidades e Comunidades Sustentáveis), a **Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III)** estabeleceu a **Nova Agenda Urbana**, em 2016. O documento assessoria os países a lidar com os desafios da urbanização e sugere como devem orientar seus esforços em prol de um desenvolvimento urbano sustentável. Também serve de orientação para ações que visam padrões globais de desenvolvimento urbano sustentável, repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades. Além disso, representa uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acessos iguais aos benefícios e às oportunidades.

O **ONU-Habitat** trabalha na implementação da **Nova Agenda Urbana** e, especialmente, do ODS 11, a partir do estabelecimento de parcerias que têm como objetivo o fortalecimento das capacidades técnicas das entidades governamentais, em especial as locais. Essas colaborações visam a formulação de políticas e estratégias de renovação urbana que possam contribuir com o desenvolvimento das cidades.

Disponível em habitat3.org

APRESENTAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Este manual reúne experiências selecionadas a partir da chamada pública **“Boas práticas e experiências inovadoras brasileiras em desenvolvimento urbano sustentável”**, lançada em 2023 por ONU-Habitat e ABC. O objetivo foi identificar projetos que desenvolvem **soluções inovadoras** para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos – desde a adaptação às mudanças climáticas até a promoção de sustentabilidade ambiental, justiça social e inclusão.

A publicação parte do princípio de que o **aprendizado se fortalece na troca de conhecimentos e experiências**, e que a Cooperação Sul-Sul representa oportunidade estratégica de colaboração mútua. Ao compartilhar práticas implementadas no Brasil, busca-se inspirar outras comunidades e governos locais a desenvolver soluções próprias, adaptadas às suas realidades, e abrir caminhos para colaborações futuras entre países do Sul Global.

Os projetos aqui apresentados se destacam por demonstrar resultados concretos e transformações visíveis, seja durante sua implementação ou no processo de concepção. Os temas abordados abrangem diferentes dimensões do desenvolvimento urbano, incluindo:

 Espaços Públicos

 Habitação

 Igualdade de Gênero

 Inovação

 Juventude

 Mobilidade Urbana

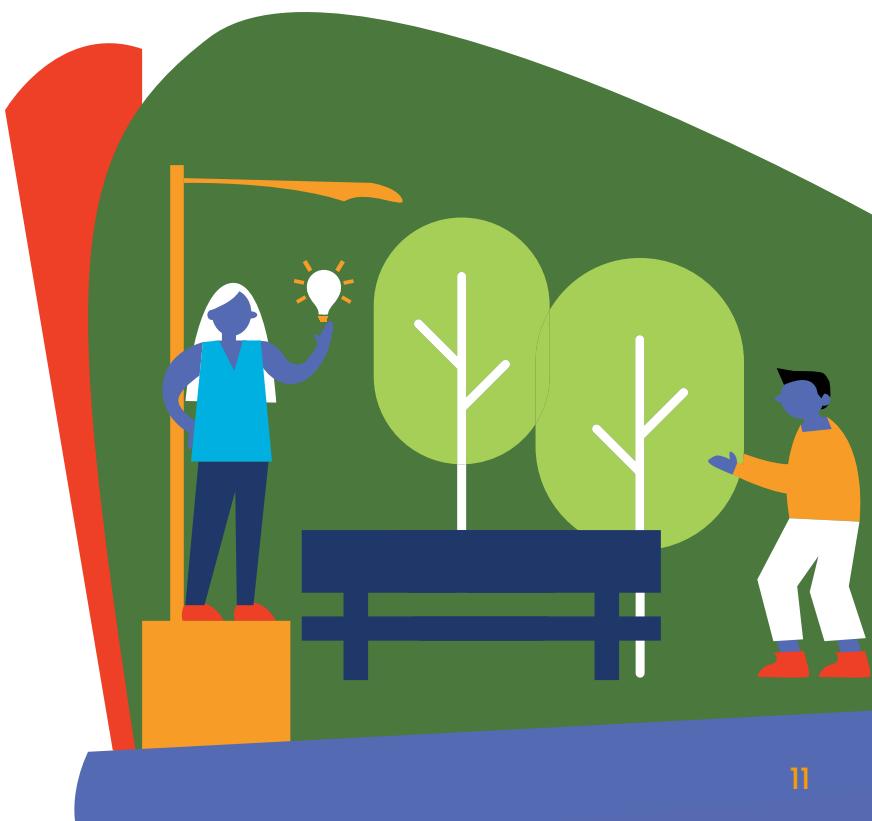
 Planejamento Participativo

 Resíduos Sólidos

 Resiliência e Redução de Riscos

 Segurança Urbana

Distribuídas em várias regiões do Brasil, essas iniciativas variam em escala e abrangência, mas têm em comum o potencial de serem replicadas ou adaptadas em outros territórios, dentro e fora do país. Ao compartilhá-las, o Simetria Urbana fortalece a lógica da cooperação e do aprendizado compartilhado, alinhado à **Nova Agenda Urbana** e aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, especialmente ao ODS 11: tornar cidades e assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.





EXPERIÊNCIAS E BOAS PRÁTICAS

Este capítulo reúne iniciativas que refletem a criatividade e o compromisso de cidades e instituições brasileiras diante dos desafios urbanos contemporâneos. São práticas que evidenciam diferentes caminhos para promover inclusão, resiliência e sustentabilidade, e que podem servir de referência para outros territórios dentro e fora do Brasil.

As experiências selecionadas são apresentadas em sequência territorial, começando por uma iniciativa de alcance nacional e, em seguida, caminhando de norte a sul do país. Essa organização busca dar visibilidade à diversidade de contextos urbanos brasileiros, mesmo que algumas regiões estejam mais representadas do que outras. A escolha das iniciativas considerou práticas que já demonstraram resultados concretos e transformações visíveis – seja durante sua implementação, seja ainda no processo de concepção – e que apresentam potencial de inspirar soluções em diferentes territórios.

Nota: as informações sobre os projetos foram fornecidas diretamente pelas instituições e representantes responsáveis por sua implementação.



MORADIA URBANA COM TECNOLOGIA SOCIAL (MUTS)

 Abrangência nacional (18 estados)

→ Organização responsável

Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação

→ Organizações parceiras

Fundação Banco do Brasil

Tecnologias Sociais fortalecem comunidades do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), unindo organização local, educação, meio ambiente e renda

Período de implementação 2015 – 2020

(módulo básico de implementação desta iniciativa é de 12 a 24 meses, podendo variar em função do contexto)

Foto: Reunião do GAL – Grupo de Acompanhamento Local no Residencial Nossa Senhora do Livramento – Trairi/CE.



 Planejamento participativo



Meta
11.3

OBJETIVOS

- Contribuir para mobilização, organização e fortalecimento comunitários;
- Complementar e potencializar os efeitos do trabalho social e promover a sustentabilidade dos empreendimentos Minha Casa, Minha Vida.

DESAFIOS LOCAIS

A implementação de projetos habitacionais, como o MCMV, enfrenta desafios como baixa articulação institucional, fragilidade do trabalho social e apatia social nas comunidades. A ausência de apoio contínuo dificulta a organização local, mas a atuação próxima e o envolvimento de lideranças com experiências semelhantes podem impulsionar o engajamento e a transformação coletiva.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

O Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social (MUTS) foi concebido para enfrentar os desafios de baixa mobilização comunitária nos empreendimentos do MCMV, oferecendo ferramentas práticas que fortalecem o protagonismo dos moradores. Sua implementação ocorre em duas etapas complementares.

A primeira com a reaplicação da tecnologia social “Transformando Realidades por meio da Mobilização e Organização Comunitária”, desenvolvida pela Rede Internacional de Ação Comunitária – INTERAÇÃO e baseada em três ferramentas principais:

- Autorrecenseamento, censo feito pelos próprios moradores;
- poupança comunitária; e
- intercâmbio de experiências.

E a segunda, com a reaplicação de outra tecnologia social, escolhida pelos moradores, a partir das prioridades locais, entre quatro opções:

- Bibliotecas Comunitárias;
- Hortas Urbanas;
- Revolução dos baldinhos (coleta e tratamento de resíduos orgânicos por compostagem); e
- Joias Sustentáveis (produção artesanal com materiais reciclados).

O ciclo básico de implementação varia entre 12 e 24 meses, adaptando-se ao contexto de cada comunidade para garantir maior efetividade e sustentabilidade das ações.

PRINCIPAIS AÇÕES

Entre 2015 e 2020, a metodologia foi reaplicada por Organizações da Sociedade Civil (OSC) locais, com acompanhamento da Rede INTERAÇÃO, em 75 conjuntos habitacionais distribuídos em 54 municípios de 18 estados do Brasil.

TRANSFORMAÇÕES

Durante o desenvolvimento do MUTS, especialmente a partir das observações feitas durante e após a execução dos 60 projetos realizados entre 2015 e 2018, foi possível identificar os seguintes efeitos:

- Mobilização, organização e fortalecimento social;
- Fomento ao diálogo e parcerias locais, incluindo o poder público municipal;
- Estímulo à participação e interesse pelo coletivo, contribuindo para a formação da identidade coletiva; e
- Aumento na sustentabilidade nos empreendimentos.



TESTEMUNHO DAS COMUNIDADES



Eu estava na minha casa, no meu mundinho, cozinhando, levando meus filhos para a escola, fazendo as coisas de casa e nunca olhava para os lados para ver o que estava acontecendo. E depois que eu vim para a primeira reunião e eu quis fazer parte, eu comecei a pensar nos outros.



Juliana, uma das lideranças do Residencial Piacenza em Arapongas, Paraná



Todo mundo está gostando. Tem verduras e hortaliças que a gente não consumia e passou a consumir. Eu mesma não sabia nem o que era rúcula. Só que hoje quando começo a cozinhar, já quero rúcula na salada.



Maria Alves, moradora do conjunto habitacional Recanto do Sobrado em Casa Nova, Bahia





PROGRAMA AGENTE JOVEM AMBIENTAL (AJA)



Ceará

→ Organização responsável

Governo do Estado do Ceará – Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA)

→ Organizações parceiras

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) | Escola de Gestão Pública do Ceará (EGP) | Secretaria do Trabalho do Ceará (SET) | Instituto de Desenvolvimento do Trabalho do Ceará (IDT) | Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará (SEPIN) | Secretaria da Igualdade Racial do Ceará (SEIR)

Jovens cearenses lideram projetos socioambientais em suas comunidades

Período de implementação 2021 – presente

Foto: Unidos somos um coletivo



Juventude



Metas
11.3 | 11.6



OBJETIVOS

- Ampliar oportunidades de geração de renda para jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Promover o protagonismo da juventude em projetos sustentáveis; e
- Promover a melhoria da qualidade de vida e a preservação ambiental nas comunidades.

DESAFIOS LOCAIS

Em 2020, o Ceará tinha 2,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos (25,6% da população), dos quais 1,3 milhão integrava o Cadastro Único para Programa Sociais (CadÚnico) e 870 mil viviam em situação de extrema pobreza. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas que ampliem oportunidades e reduzam vulnerabilidades. Foi nesse contexto que o Programa Agente Jovem Ambiental (AJA) foi criado, envolvendo a juventude em ações de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável em suas próprias comunidades.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

O AJA busca criar oportunidades para jovens, reduzindo suas condições de vulnerabilidade social por meio da atuação em projetos socioambientais que atendam a demandas locais.

O AJA utiliza uma metodologia que combina formação teórica e prática, começando com a participação de cada jovem em um curso de 60 horas em educação ambiental. Na sequência, elaboram e executam Planos de Ação Comunitária (PAC), que são projetos socioambientais que abordam questões específicas de suas comunidades.

Como critérios para participação, os jovens devem:

- ter entre 15 e 29 anos;
- estar matriculados ou que tenham concluído o ensino médio em escola pública do Estado do Ceará; e
- ser integrantes de famílias incluídas no CadÚnico.

PRINCIPAIS AÇÕES

- Participação de cerca de 30 mil jovens em todo o Estado;
- Elaboração e execução de 6,5 mil PACs até o fim de 2025;
- Promoção de iniciativas de conscientização e ações para reciclagem, hortas orgânicas, cuidado com áreas verdes e reflorestamento;
- Desenvolvimento de parcerias com as comunidades e outros atores locais para implementar projetos sustentáveis; e
- Monitoramento e avaliação contínua das ações realizadas.

TRANSFORMAÇÕES

Por meio da implementação dos PACS, os impactos positivos gerados incluem:

- Melhoria das condições socioambientais;
- Aumento da conscientização sobre sustentabilidade; e
- Criação de oportunidades de renda.



TESTEMUNHO DAS COMUNIDADES



O impacto que o programa teve em minha vida foi a consciência ambiental. Pude ter um olhar mais crítico sobre o impacto que o ser humano causa na natureza. Pude também ter desenvolvimento pessoal, com liderança, trabalho em equipe, comunicação e conhecimento ambiental. Aprendi sobre o meio ambiente, valores e propósitos para ter um estilo de vida mais consciente em relação ao consumo e recursos naturais. No Agente Jovem Ambiental trabalhei com projetos de educação ambiental, com pessoas de todas as idades. Eu acredito que a consciência ambiental deve ser incluída em vários contextos e espaços, como escolas, praças, comunidades e ambientes de trabalho.



Raissa Sousa, Agente Jovem Ambiental, Canindé



PARQUE CAPIBARIBE

 Recife, Pernambuco

→ Organização responsável

Prefeitura do Recife

→ Organizações parceiras

Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES) | Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) | Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) | Technische Universiteit Delft (TU Delft) | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) | Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) | Governo do Estado de Pernambuco | Nuvebs | Alliance Française | Banco Safra | love.fútbol

Projeto Parque Capibaribe integra recuperação ambiental e inclusão social no Recife

Período de implementação 2013 – 2037

Foto: Cais do Caiara



Espaços
Públicos



11
CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS
Meta
11.7



6
ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



13
AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DE CLIMA

OBJETIVOS

- Promover a recuperação ambiental das margens do Rio Capibaribe por meio de reestruturação urbana;
- Garantir o acesso democrático a instalações públicas de alta qualidade na cidade de forma sustentável e resiliente; e
- Incentivar a mobilidade sustentável e a adaptação às mudanças climáticas.

DESAFIOS LOCAIS

Recife é considerada a 16ª cidade mais vulnerável do mundo a riscos climáticos, segundo índice do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC de 2007¹. A cidade enfrenta intensos processos de urbanização que resultaram na ocupação irregular das margens do Rio Capibaribe, muitas vezes com moradias precárias em áreas de risco.

Essas condições agravam problemas como alagamentos, ilhas de calor e degradação ambiental, impactando principalmente populações vulneráveis. O Parque Capibaribe foi concebido como resposta a esse contexto, consolidando-se como parte central da política climática local e articulando ações de requalificação urbana, adaptação climática e inclusão social.

¹ ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade; Prefeitura do Recife. Plano Local de Ação Climática do Recife. Recife, 2020



ABORDAGEM E METODOLOGIA

O projeto adota uma abordagem multidisciplinar, envolvendo diferentes instâncias do poder público, universidades e sociedade civil. Sua concepção segue os princípios de inovação urbana e de integração entre planejamento ambiental, mobilidade e inclusão social. As ações previstas incluem a criação de um parque linear de 30 km ao longo do Rio Capibaribe, com intervenções que integram infraestrutura verde e azul, priorizam a mobilidade ativa (ciclovias e passarelas) e promovem a renaturalização das margens.

O projeto também está articulado a programas municipais estratégicos, como o ProMorar, voltado à resiliência urbana em áreas de vulnerabilidade socioambiental, garantindo que as intervenções dialoguem com políticas sociais, habitacionais e ambientais já existentes.



PRINCIPAIS AÇÕES

Quando completo, o Parque Capibaribe prevê:

- Impactar 44 dos 94 bairros de Recife, beneficiando mais de 445 mil pessoas (cerca de um terço da população do município);
- Realizar 140 km de ruas de infiltração;
- Implantar 230 km de ciclovias e construir 12 passarelas exclusivas para mobilidade ativa; e
- Requalificar áreas ribeirinhas ocupadas por populações vulneráveis, como no projeto Vila Brasil, beneficiando cerca de 1.200 habitantes.

TRANSFORMAÇÕES

- A partir da implantação do Jardim do Baobá (piloto), já foi possível observar a difusão de uma nova cultura de valorização do espaço público e para o fortalecimento da resiliência climática do Recife;
- Inauguração e consolidação de diferentes espaços públicos, como o Parque das Graças, e outros que tem relação próxima às comunidades do entorno, como Cais da Vila do Vintém e Cais do Caiara.

TESTEMUNHO DAS COMUNIDADES



Essa obra é muito importante pois vai ajudar não só a mim, mas a muitas outras pessoas. Vai ajudar aos que queiram passear de barco, aos que queiram passear nos parques, vai ser ótimo! O Rio Capibaribe representa muitas coisas boas para mim, ele é muito importante!

Davi da Silva, barqueiro (Baobarco), sobre o trecho do Parque Capibaribe referente ao Cais da Vila Vintém e ao Cais do Caiara



Nós já esperávamos esse lindo resultado! Aqui é uma extensão do nosso lar, é uma área de lazer que a gente não tem em casa e isso tem proporcionado uma energia maravilhosa! Porquê a gente é a natureza, a natureza somos nós.

Fabiane de Lima, moradora da Vila Vintém, sobre o trecho do Parque Capibaribe referente ao Cais da Vila Vintém



JARDINS FILTRANTEs - SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA NO PARQUE CAIARA

📍 Recife, Pernambuco

→ Organização responsável

Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES)

→ Organizações parceiras

Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) | Global Environment Fund (GEF) | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

Projeto-piloto com Soluções Baseadas na Natureza valoriza espaços públicos, melhora a qualidade da água e fortalece a comunidade

Período de implementação 2019 - 2023

Foto: Jardins filtrantes integrados ao espaço público



Espaços Públicos



Espaços
Públicos



Metas
11.6 | 11.7



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA

OBJETIVOS

- Contribuir para a melhoria da qualidade da água e da resiliência ambiental dos corpos hídricos urbanos;
- Promover qualidade de vida sem comprometer os recursos naturais e a sustentabilidade dos espaços públicos; e
- Estimular a educação e conscientização ambiental por meio de processos participativos em espaço público.

DESAFIOS LOCAIS

Apesar de sua rede de rios e riachos urbanos, Recife apresenta grandes desafios de saneamento — apenas 42% do território da região metropolitana possui cobertura de esgotamento sanitário, segundo dados de 2023 da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). Essa realidade pressiona os recursos hídricos e afeta diretamente a qualidade de vida da população.

O projeto-piloto Jardins Filtrantes busca demonstrar o potencial da tecnologia na contribuição da redução da carga sobre o sistema convencional de saneamento e sensibilizar consumidores para o uso mais adequado da água. A intervenção no Parque do Caiara, no bairro da Iputinga, se alinha a projetos estratégicos de longo prazo do Município, como o Plano Recife 500 Anos e o Projeto Parque Capibaribe.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

O projeto adota a tecnologia de fitorremediação em jardins filtrantes, que consiste no tratamento da água por meio de tanques com diferentes substratos e plantas macrófitas na superfície, promovendo processos naturais de filtragem. O sistema pode atuar como complemento aos métodos convencionais de tratamento, requer baixa manutenção e não demanda adição de substâncias químicas.

O objetivo da implantação do projeto-piloto foi testar a tecnologia na realidade do Recife, como forma de influenciar políticas públicas sobre o uso de soluções baseadas na natureza em projetos de infraestrutura.

A implantação foi conduzida a partir de um processo participativo, que buscou alinhar as necessidades do território e fortalecer a apropriação comunitária. Esse processo foi estruturado em três eixos principais:

- Plano de Comunicação Social;
- Diagnóstico Participativo; e
- Plano de Comunicação de Obras.



PRINCIPAIS AÇÕES

- Implantação do sistema de jardins filtrantes na foz do Riacho do Cavouco, em uma área de cerca de 7 mil m², para tratamento da água antes de chegar ao Rio Capibaribe;
- Plantio de 7.500 plantas macrófitas nativas, que foram escolhidas de acordo com o clima da região, o paisagismo e a capacidade de filtragem; e
- Realização de visitas educativas, que já envolveram mais de 100 instituições de ensino, entre escolas, cursos técnicos e universidades.

TRANSFORMAÇÕES

- Melhorias no ecossistema local, com reaparecimento de animais e melhora do microclima, observados em curto prazo;
- Maior presença de visitantes no parque, fortalecendo a relação entre comunidade e natureza;
- O processo participativo resultou na formação do grupo "Amigos do Caiara", criado por moradores da Iputinga para debater e cuidar do espaço; e
- Resgate da autoestima da comunidade, aumento da sensação de segurança e retomada do uso do espaço pelas crianças e famílias.

TESTEMUNHO DAS COMUNIDADES



Esse parque é muito importante para todo o povo que mora aqui – não só para o bairro da Iputinga, mas para o Recife em si. Nossa bairro do Cordeiro, junto com os Torrões e o Engenho do Meio, também participa dessa transformação e isso é muito importante pra cada morador dos arredores. Não cabia criança, não cabia ninguém aqui, hoje a comunidade está alegre com a chegada da ARIES.



José Ismael, Líder Comunitário



Eu moro aqui na Iputinga há pouco mais de dois anos. Logo depois que vim morar na região, a ARIES veio com amostras e conversou com os moradores pra apresentar o projeto. Pra mim, esse momento foi de muita empolgação, por saber que haveria um investimento grande na região e uma coisa inovadora. O Jardim do Caiara, inaugurado e renovado, é um espaço que posso curtir do lado da minha casa – um lugar da minha região, que traz valor pra minha região.



Gabriela Machado, Moradora



CENTROS COMUNITÁRIOS PARA A PAZ (COMPANHIA)

📍 Recife, Pernambuco

→ Organização responsável

Prefeitura do Recife

Centros comunitários que unem arte, esporte e educação para transformar territórios vulneráveis em espaços de paz e convivência

Período de implementação 2016 – presente

Foto: Vista Aérea do Compaz Governador Eduardo Campos



Segurança
Urbana



Metas
11.3 | 11.7



4 EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



10 REDUÇÕES
DE INEQUIDADES



16 PAZ, JUSTIÇA
E INSTITUIÇÕES
FORA DO EIXO

OBJETIVOS

- Promover uma cultura de paz e não violência entre adolescentes e jovens;
- Revitalizar áreas marginalizadas; e
- Oferecer atividades que envolvem arte, esporte, apoio psicológico, mediação e educação, fomentando o desenvolvimento pessoal, envolvimento cívico e consciência comunitária.

DESAFIOS LOCAIS

O Índice de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) do Departamento de Defesa Social de Pernambuco evidencia a dura realidade da violência em Recife. Em 2019, a cidade foi classificada como a 10ª capital mais violenta do país e a 4ª do Nordeste.

Como resposta a esse contexto, os COMPANHIA surgem como espaços de prevenção, oferecendo diversas atividades e serviços para jovens e adolescentes. O projeto tem atenção especial ao segmento mais afetado de acordo com esses dados: jovens negros, que representam a maior parte das vítimas e parte representativa do público atendido.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

Inspirado no modelo Biblioteca Parque de Medellín, o COMPAZ adota estratégia de prevenção à violência a partir da criação de equipamentos públicos em áreas vulneráveis de Recife. Cada unidade busca integrar-se ao território que está inserido, com um estudo detalhado anterior à implantação para identificar as particularidades locais e envolver a população nas decisões, como por exemplo, nas atividades a serem oferecidas.

Os espaços funcionam como ambientes protetores que mantêm crianças e jovens longe da violência das ruas, ao mesmo tempo em que fortalecem laços familiares e comunitários. Embora o foco principal seja a promoção de uma cultura de paz e não violência entre adolescentes e jovens — sobretudo negros, grupo mais afetado pela violência urbana — as atividades são abertas a toda a comunidade.

A diversidade de serviços oferecidos inclui literatura, dança, música, esportes, apoio psicológico, mediação de conflitos e formação profissional, compondo uma abordagem que fomenta desenvolvimento pessoal e coesão social.



PRINCIPAIS AÇÕES

- Instalação do primeiro COMPAZ Eduardo Campos, no bairro Santa Terezinha;
- Expansão da iniciativa em outros bairros: COMPAZ Ariano Suassuna, Miguel Arraes e Dom Hélder Câmara (até 2023), além do COMPAZ Professor Paulo Freire e Atriz Leda Alves (2024) e mais dois previstos; e
- Até 2023, as unidades em operação somaram mais de 50 mil usuários cadastrados, dos quais cerca de um quarto pertencem ao grupo social mais impactado pela violência em Recife, os jovens negros.

TRANSFORMAÇÕES

- Dados coletados pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco demonstram diminuição significativa de crimes violentos contra jovens no raio de um quilômetro do COMPAZ Eduardo Campos: 10% em 2017, 35% em 2018, 21% em 2019 e 22% em 2020, em comparação a bairros sem influência da unidade.
- Instituição da Política Municipal de Cultura de Paz e Justiça Restaurativa do Recife (Lei 18.850/2021), que reconhece as unidades COMPAZ como instrumentos estratégicos para sua implementação.





PLANOS DE BAIRRO

📍 Salvador, Bahia

→ Organização responsável

Prefeitura Municipal do Salvador - Fundação Mario Leal Ferreira

→ Organizações parceiras

Empresas que conduzem as atividades do Plano de Bairro junto à Fundação Mario Leal Ferreira (contratação por meio de licitação pública)

Planejamento participativo como instrumento para o enfrentamento de desigualdades socioespaciais e proposta de soluções localizadas

Período de implementação 2020 - presente

Foto: Publicação Planos de Bairros Itapagibe em 2022 - primeira aplicação da metodologia



 Planejamento participativo

 11 Cidades e comunidades sustentáveis
Meta 11.3

OBJETIVOS

- Propor soluções de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento sustentável do bairro e/ou conjunto de bairros;
- Melhorar a qualidade de vida das comunidades e do ambiente construído; e
- Promover benefícios coletivos por meio da apropriação das oportunidades socioeconômicas e culturais pelas comunidades locais.

DESAFIOS LOCAIS

Em Salvador, muitas comunidades enfrentam ocupações precárias, sem infraestrutura adequada, com irregularidade fundiária e moradias inadequadas. Diante das particularidades e desafios dos 171 bairros e ilhas, os Planos de Bairro previstos no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano municipal buscam, de forma participativa, enfrentar desigualdades socioespaciais e orientar soluções específicas para cada território.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

A metodologia é adaptada para cada plano, mas segue as seguintes etapas básicas:

- I. Mobilização da Comunidade;
- II. Leitura do Território, com dados primários e secundários;
- III. Identificação participativa das Demandas e Potencialidades;
- IV. Formulação e discussão de propostas; e
- V. Validação do plano pela comunidade atendida.

Durante a implantação, a Prefeitura Municipal do Salvador, pela Fundação Mario Leal Ferreira é a responsável pela atualização das informações e monitoramento das ações, assim como a avaliação dos resultados nos prazos estabelecidos. Para tanto, serão implantados no Sistema de Informação Municipal, o Salvador Dados, indicadores específicos para avaliação dos efeitos do Plano sobre o desenvolvimento das comunidades e de todo o território. Cada Plano prevê avaliações com a periodicidade de dois, quatro e oito anos, que deverá ser feita em oficinas com a colaboração dos moradores e lideranças.



PRINCIPAIS AÇÕES

Desde o início da aplicação da metodologia, 16 dos 171 bairros de Salvador foram contemplados por meio de três experiências:

- Plano de Bairros de Itapagipe, publicado em 2021, abrangeu seus 14 bairros, onde residem mais de 160 mil pessoas.
- Plano da Ilha de Maré, concluído em 2022, abrangeu um território com 4 mil residentes em 12 comunidades, 6 delas reconhecidas como quilombolas.
- Plano de Bairro de Canabrava, concluído em 2025 (publicação em elaboração), beneficiará quase 14 mil habitantes.

TRANSFORMAÇÕES

- Consolidação do planejamento participativo como prática em Salvador;
- Integração de diferentes atores (lideranças comunitárias, poder público, universidades e organizações locais) no processo de diagnóstico e planejamento; e
- Maior visibilidade e reconhecimento das desigualdades socioespaciais, orientando políticas públicas adaptadas a cada território.

Para saber mais:

- Plano de Bairros de Itapagipe biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/Plano_Itapagipe.pdf
- Plano da Ilha de Maré biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/Plano_Ilha_Mare.pdf

TESTEMUNHO DAS COMUNIDADES



Ilha de Maré é o palco de uma dessas lutas do dia a dia, do cotidiano das mulheres, na luta para defender o território, na luta para defender nossos manguezais, [porque] pra gente, nossa lama, nossas coroas, [...] não é só apenas um espaço de trabalho, mas é também um espaço cultural, herdado pelos nossos e que a gente precisa cultivar, precisa cuidar e proteger porque ele é a geração do nosso futuro, né? //

Eliete Paraguassu, marisqueira quilombola, liderança comunitária de Porto do Martelo, Ilha de Maré



A gente não enxerga a natureza só como um espaço de exploração, a gente tem uma relação... a gente não consegue desassociar o que é natureza da gente, da vida da gente. Então a gente é a natureza, né? //

Marizélia Lopes, pescadora quilombola de uma das comunidades da Ilha de Maré





 Igualdade de Gênero



OBJETIVOS

- Promover benefícios coletivos e enfrentar a violência contra a mulher por meio da capacitação e da geração de renda, fortalecendo sua autonomia e reduzindo a dependência econômica;
- Inserir mulheres em situação de vulnerabilidade no setor da construção civil; e
- Promover a igualdade de gênero no mercado de trabalho, transformando também o ambiente de trabalho culturalmente e estruturalmente para garantir respeito, segurança e condições adequadas às mulheres.

DESAFIOS LOCAIS

Salvador enfrenta altos índices de desigualdade urbana e vulnerabilidade social, agravados pelo aumento de 50% nos casos de feminicídio entre 2021 e 2022, segundo o Observatório da Mulher. No mercado de trabalho, a situação também é desigual: em 2019, apenas 2.500 mulheres atuavam na construção civil, e diagnósticos relacionados ao projeto apontaram que muitas empresas evitavam contratá-las, alegando falta de qualificação.

Nesse contexto, a baixa presença feminina no setor se combina a barreiras sociais e econômicas, reforçando estigmas que associam a construção civil a uma atividade exclusivamente masculina. A superação desses obstáculos exige não apenas capacitação técnica, mas também ações que ampliem a autonomia financeira e combatam a violência de gênero.

MARIAS NA CONSTRUÇÃO

 Salvador, Bahia

→ Organização responsável

Prefeitura Municipal do Salvador – Secretaria Municipal de Políticas

→ para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ)

Organizações parceiras

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia (SENAI) Bahia

Combate à violência contra mulher através da inserção em um mercado de trabalho historicamente dominado por homens: construção civil

Período de implementação 2016 – presente

Foto: Atividade do Programa Marias na Construção



ABORDAGEM E METODOLOGIA

O programa oferece cursos profissionalizantes, com aulas teóricas e práticas (160 horas), e uma oficina informativa/formativa para os diretos humanos promovidos pelo SENAI. Além da capacitação profissional, o programa auxilia na busca por uma vaga no mercado de trabalho por meio do Serviço Municipal de Intermediação de Mão de Obra (SIMM). Os cursos oferecidos são: Pedreira Polivalente, Pintora de Obras, Eletricista Predial de Baixa Tensão, Encanadora Instaladora Predial, Mestre de Obras, Marcenaria e Fachada Verde, todos com ementas que abrangem princípios de sustentabilidade.

As vagas são destinadas a mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, mas quando não são totalmente preenchidas, são abertas para mulheres em outras vulnerabilidades sociais, preferencialmente inscritas no CadÚnico, beneficiárias ou assistidas por outros programas sociais.



PRINCIPAIS AÇÕES

- No lançamento, em 2019, estabeleceu-se como meta profissionalizar e sensibilizar 750 mulheres acima de 18 anos e que tivessem o 5º ano do ensino fundamental. Para 2024, foram previstas 1.025 vagas nos cursos.
- Acompanhamento próximo para adaptar o curso em função de desafios, como falta nas atividades gerada por muitas dessas mulheres serem chefes de família e responsáveis pelos sistemas de cuidado.

TRANSFORMAÇÕES

- Entre 2022 e 2023, mais de 600 mulheres se formaram nos diferentes cursos oferecidos;
- Monitoramento, iniciado em 2024, da inserção das mulheres que passaram pelo programa no mercado de trabalho;
- "Pacto pela Mulher" instituído pela SPMJ para reconhecimento dos esforços de empresas, instituições e organizações que promovem a política pró-equidade entre homens e mulheres e de inclusão de mulheres vítimas de violência em postos de trabalho; e
- No mesmo período, o município registrou redução significativa nos casos de feminicídio – 55% em 2024 e 50% em 2025, em comparação a 2023.

© Bruno Concha/
SECOM PMS

© Jefferson Peixoto/
SECOM PMS

TESTEMUNHO DAS COMUNIDADES



Eu sei que eu vou crescer nessa área que eu estou começando a me adaptar. Já terminei um curso agora e vou começar outros dois cursos. Mas estou gostando muito. Aprendi muita coisa. Quero crescer na área. Futuramente, quero fazer um curso técnico, se assim Deus me permitir, fazer uma faculdade. E ser uma grande mulher na construção.



Janaína dos Santos,
Aluna do Marias na Construção





LIMPA SÃO GONÇALO



São Gonçalo, Rio de Janeiro

→ Organização responsável

Prefeitura Municipal de São Gonçalo – Secretaria Municipal de Conservação

→ Organizações parceiras

Secretaria Municipal de Assistência Social | Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (para dados e suporte técnico)

Iniciativa de moeda social impulsiona a reciclagem em São Gonçalo

Período de implementação 2023 - presente

Foto: Ecoponto Barro Vermelho



Resíduos
Sólidos



Meta
11.6



OBJETIVOS

- Reduzir o descarte inadequado de resíduos;
- Incentivar a reciclagem;
- Gerar renda para a população;
- Fortalecer negócios locais; e
- Promover a educação ambiental.

DESAFIOS LOCAIS

São Gonçalo gera cerca de 32 mil toneladas de resíduos por mês, sendo 19,7 toneladas potencialmente recicláveis. O descarte irregular compromete o meio ambiente e a saúde pública, favorecendo a proliferação de vetores e doenças em áreas urbanas. A ausência de serviços adequados de gestão de resíduos agrava riscos sanitários e sociais, sendo de grande relevância a busca por soluções que combinem inclusão social, sustentabilidade e fortalecimento da economia local.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

O projeto conecta gestão de resíduos a geração de renda e fortalecimento comunitário. Materiais recicláveis podem ser entregues em Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), onde cada pessoa recebe créditos em um cartão social. Os valores podem ser transferidos para conta corrente ou usados em compras no comércio local.

Para acompanhar os resultados, foram definidos dois indicadores principais:

- Número de catadores cadastrados nos pontos de coleta; e
- Volume de material reciclado coletado.

Para o primeiro, foi necessário estabelecer uma parceria com a Secretaria de Assistência Social para emissão de registros formais dos catadores, uma vez que grande parte não possuía documentação.



© Divulgação

PRINCIPAIS AÇÕES

- Implementação de PEVs nos bairros Barro Vermelho (2023) e Santa Luzia (2024), bem como na Praça Zé Garoto em 2025. Até dezembro desse mesmo ano, a previsão é que outros dois sejam inaugurados para que se alcance um PEV por distrito no município;
- Cadastro e emissão de cartões sociais para moradores participantes;
- Cadastro de comércios locais, que aceitam pagamento por cartões sociais;
- Campanhas de conscientização sobre coleta seletiva e impacto ambiental em escolas e nas redes sociais; e
- Parceria com ações de assistência social no município, encaminhando catadores para a emissão de documentos.

TRANSFORMAÇÕES

- Total de 1,6 mil pessoas cadastradas e com cartão social;
- Reciclagem de aproximadamente 48 mil toneladas de resíduos;
- Renda direta de R\$ 17 mil gerada para os cidadãos cadastrados; e
- Redução dos impactos ambientais e sanitários por meio do descarte adequado.



TESTEMUNHO DAS COMUNIDADES



Já consegui mais de R\$ 50 em troca dos objetos que levei para o ecoponto. Pode parecer pouco para muitas pessoas mas já faz uma diferença. Conseguí comprar manteiga e produtos de limpeza no comércio do bairro. E aos poucos vou juntando os materiais na minha casa para levar para o ecoponto.



Ricardo dos Santos, aposentado



Já recebi diversos clientes com o cartão da conta do Ecoponto na minha mercearia. Fico feliz porque vejo que tem ajudado muita gente que precisa dessa renda extra. Vejo pessoas saindo felizes daqui porque conseguiram comprar alimentos, é muito legal. Além disso, ainda consigo ajudar algumas pessoas com o papelão que descarto das mercadorias. Tem sido uma ótima experiência.



Matheus Maia, comerciante



DA PORTA PARA DENTRO - PLANEJANDO O LAR COM DESIGN DE INTERIORES

 Niterói, Rio de Janeiro

- Organização responsável
Prefeitura Municipal de Niterói - Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária
- Organizações parceiras
Companhia de Limpeza de Niterói (CLIN) | Secretaria Municipal da Mulher (SMMU) | Coordenadoria de Acessibilidade (CODAC) | Inovara Consultoria e Assessoria | Associação Brasileira de Designers de Interiores (ABD) | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Curso de Design de Interiores e Ambientes, Projeto de Extensão Estúdio Ambiente Ditosos | Universidade Estácio de Sá - Escritório Modelo do Curso de Design de Interiores e Ambientes da Unidade Niterói II | Universidade Federal Fluminense (UFF) - Curso de Desenho Industrial | Universidade Veiga de Almeida - Curso de Design de Interiores e Ambientes

Oficinas e Consultorias em design de interiores para habitação social facilita a adaptação de moradores, promovendo qualidade de vida e pertencimento

Período de implementação 2021 - presente

Foto: Habitação renovada



Habitação



Meta
11.1



OBJETIVOS

- Criar soluções eficazes para pessoas de baixa renda contempladas nos programas habitacionais, com o propósito de auxiliar no planejamento e na organização dos ambientes internos de suas novas residências;
- Promover o aumento de qualidade de vida, autoestima e sentimento de pertencimento das famílias com seus lares; e
- Contribuir para adaptação e valorizar particularidades dos contextos econômico, cultural e estético.

DESAFIOS LOCAIS

O Programa Minha Casa, Minha Vida entregou mais de 2 mil moradias para as famílias enquadradas na faixa I do programa, em Niterói. No entanto, constatou-se elevado número de evasões. Uma das reclamações dos beneficiários é a dificuldade em adaptar uma planta padrão às diferentes estruturas familiares, envolvendo problemas como privacidade, acessibilidade, iluminação e sobreposição de usos nos espaços. Por meio das soluções propostas pelo projeto, busca-se demonstrar que uma casa planejada e confortável pode ser acessível, possível e de fácil execução.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

A iniciativa incorpora o design de interiores ao Trabalho Social, com a atuação conjunta de Designers de Interiores e Ambientes e Assistentes Sociais promovendo oficinas e consultorias individuais nos seguintes temas:

- disposição de móveis;
- fluxos, circulações e acessibilidade;
- ergonomia;
- adaptação e/ou reaproveitamento de móveis;
- aproveitamento da luz e ventilação natural;
- iluminação artificial;
- eficiência energética;
- cores: funções e significados; e
- materiais e acabamentos.

As consultorias individuais acontecem em dois momentos: na primeira visita é realizado o levantamento de necessidades e na segunda são mostradas as soluções e orientações para execução. Os materiais utilizados são ilustrativos e o acompanhamento é mantido durante as intervenções. Ao final, há o registro das melhorias alcançadas e da satisfação das pessoas beneficiadas pela iniciativa.



PRINCIPAIS AÇÕES

- Atendimento de 40 famílias, totalizando 114 pessoas;
- Realização de oficinas de costura e de marcenaria, permitindo desenvolvimento do projeto e construção de mobiliários personalizados, bem como a criação de um banco de soluções; e
- Proposta de soluções simples e eficazes desenhadas em modelo que dá o protagonismo aos moradores.

TRANSFORMAÇÕES

- 72% das famílias participantes aplicaram alguma das soluções apresentadas;
- 65% das famílias realizaram outras mudanças em suas moradias, motivadas pelo projeto;
- Maior envolvimento dos moradores nas atividades do trabalho social, permitindo ainda obtenção de dados mais detalhados sobre as famílias; e
- Aumento da autoestima e da qualidade de vida, com relatos de pessoas que retomaram seus estudos na terceira idade, tiveram melhora no quadro de depressão, acesso à saúde, acesso à moeda social do município, além de retomarem e ampliarem suas atividades de trabalho autônomo.

TESTEMUNHO DAS COMUNIDADES



O ambiente agora está mais leve, a gente consegue se sentir bem. Agora o espaço ficou melhor para estudar e também consigo trazer as minhas amigas aqui. Para mim foi uma experiência muito boa, entender meu estilo, pintar as paredes, foi muito legal participar de tudo isso!



Emanuely, estudante



Eu voltei a estudar, e o que me motivou foi a animação de receber essa iniciativa na minha casa, receber elogios depois da mudança...



Graça, beneficiária do projeto



Agora já estão todos os 4 (filhos) no quarto deles e eu estou no meu com privacidade.



Adriana, beneficiária do projeto





DESENVOLVIMENTO DE ÔNIBUS HÍBRIDO ELÉTRICO-HIDROGÊNIO E EXPLORAÇÃO DE HIDROGÊNIO NATURAL

Maricá, Rio de Janeiro

→ Organização responsável
Prefeitura Municipal de Maricá

→ Organizações parceiras
Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) | Instituto de Ciência e Tecnologia de Maricá | Empresa Pública de Transporte (EPT)

Desenvolvimento de ônibus híbrido elétrico-hidrogênio no fomento à pesquisa e aplicações para transição energética

Período de implementação 2021 – presente

Foto: Protótipo do modelo de ônibus híbridos elétrico-hidrogênio em teste



Mobilidade Urbana



Metas
11.2 | 11.6



7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



9 INDÚSTRIA, INovação e Infraestrutura



13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA

OBJETIVOS

- Diversificar a economia local a partir da exploração do hidrogênio natural, área inovadora com potencial de crescimento;
- Apoiar a estratégia municipal de transição energética e a meta para descarbonização da frota de ônibus até 2038.

DESAFIOS LOCAIS

Maricá é pioneira dentre as cidades do Brasil a criar uma estratégia específica de desenvolvimento e uso do hidrogênio. Para tanto, são consideradas frentes de ação para produção do hidrogênio a partir das vocações locais (hidrogênio natural e a partir do gás natural com sequestro de carbono) e para geração de demanda para o uso em nível local, como transporte público.

ABORDAGEM E METODOLOGIA

A iniciativa foi estruturada a partir do desenvolvimento de um protótipo de ônibus elétrico-hidrogênio e de pesquisas sobre o uso e exploração do hidrogênio natural em Maricá. A proposta prevê que a frota dos 125 ônibus do programa Tarifa Zero, em operação desde 2014, seja composta por veículos elétricos e/ou híbridos, estes com complemento com hidrogênio ou etanol. Durante um período de testes, estimado em 24 meses, o desempenho das diferentes tecnologias será avaliado para definição da configuração ideal da frota – apenas elétrica, híbrida ou uma combinação de ambas – com o objetivo de alcançar a descarbonização total até 2038.

PRINCIPAIS AÇÕES

- Investimentos em pesquisas para exploração de hidrogênio natural como uma fonte renovável e contínua de energia limpa, desde 2023;
- Desenvolvimento do ônibus híbrido elétrico-hidrogênio (fase de prototipagem), desde 2021;
- Realização de testes com os protótipos de ônibus movidos à hidrogênio natural nas ruas de Maricá para avaliar o desempenho dos veículos em condições reais de operação; e
- Avaliação dos dados coletados nos testes e implementação de ajustes necessários, visando otimizar o serviço e oferecer uma experiência de viagem ainda mais confortável e segura para a população.

TRANSFORMAÇÕES

- Medições realizadas com o terceiro protótipo demonstraram² que a eficiência energética de um ônibus a hidrogênio pode ser superior a duas vezes à de um ônibus convencional a diesel;
- Apesar de uso predominante em transporte, o hidrogênio poderá ser utilizado em outras áreas das indústrias e contribuir para a transição energética pretendida pelo país; e
- A utilização do hidrogênio como fonte de energia poderá gerar resultados econômicos como o aumento de investimentos do Estado e União, fomentando a geração de empregos, abertura no mercado de carbono e visibilidade geopolítica.

² Mirada, P. E. V., Carreira, E.S., Icardi, U.A., Nunes G.S., "Brazilian hybrid electric-hydrogen fuel cell bus: Improved on-board energy management system" International Journal of Hydrogen Energy, v. 42, pp. 13949 – 13959, 2017





INTERVENÇÃO INTEGRADA URBANA SOCIOAMBIENTAL CLIMÁTICA NA TRAVESSA LAURINDA

📍 Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

→ Organização responsável

Instituto Raízes em Movimento

→ Organizações parceiras

Fórum Popular do Complexo do Alemão | Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria de Ambiente e Clima | Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) – Fiocruz | Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ) | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Observatório das Metrópoles IPPUR) | Faculdade de Urbanismo e Arquitetura UFRJ | Universidade Federal do ABC (UFABC) (Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos Regionais) | Universidade de São Paulo (USP) | Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria de Habitação

Intervenção urbanística participativa como base para a cogestão coletiva do território

Período de implementação 2023 – presente

Foto: Situação atual e intervenção proposta na Travessa Laurinda



Planejamento
Participativo



Metas
11.3 | 11.7

OBJETIVOS

- Construir um modelo de cogestão do processo de urbanização do território com o envolvimento dos diversos parceiros e participação dos moradores;
- Integrar diferentes setores na proposição de políticas públicas; e
- Implementar projeto na Travessa Laurinda para melhoria da acessibilidade, prevenção e alerta de risco para deslizamento e construção de uma horta comunitária.

DESAFIOS LOCAIS

A Intervenção Integrada Urbana Socioambiental Climática na Travessa Laurinda faz parte do Plano de Ação Popular do Complexo do Alemão, criado para consolidar uma agenda pública e coletiva, que refletisse os desafios locais e a diversidade dos atores sociais do território.

A Travessa Laurinda desempenha papel estratégico ao conectar a parte baixa, urbanizada e integrada à cidade, com a encosta onde se concentram mais de 120 moradias. Esse trecho é caracterizado pela infraestrutura precária e vulnerabilidade ambiental, problemas que se acumulam ao longo dos anos e impactam diretamente a qualidade de vida dos moradores.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

A intervenção na Travessa Laurinda integra uma proposta mais ampla de cogestão entre organizações locais, universidades e poder público, orientada por uma visão contínua do urbanismo. Mais do que a execução de obras, busca-se a promoção de direitos, dignidade e autonomia dos moradores, articulando ações de melhoria urbana com iniciativas de formação política e de acesso a projetos sociais do Complexo do Alemão. Nesse sentido, o processo combina etapas de diagnóstico socioeconômico, elaboração e implantação do projeto com estratégias que assegurem a participação ativa da comunidade e a sustentabilidade das transformações alcançadas.



PRINCIPAIS AÇÕES

- Estabelecimento de parcerias estratégicas entre organizações comunitárias, universidades, órgãos públicos e instituições de pesquisa;
- Diagnóstico socioeconômico e levantamento das prioridades locais junto à comunidade;
- Projeto básico da Travessa Laurinda, elaborado com base nas demandas das famílias e liderado pelas Secretarias Municipais de Habitação e de Ambiente e Clima;
- Aprovação no Novo PAC, assegurando recursos para viabilizar a intervenção;
- Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Instituto Raízes em Movimento, a UFRJ e secretarias municipais, detalhando responsabilidades e consolidando compromissos, que se encontra em fase de formalização; e
- Criação de um Comitê Gestor, com representantes do poder público, universidade e sociedade civil, articulado ao programa Periferia Viva.



TRANSFORMAÇÕES

- Fortalecimento da dinâmica de processo participativo dos moradores e da articulação multissetorial;
- Reconhecimento das iniciativas por parte de programas federais estratégicos; e
- Construção de base técnica e institucional sólida para viabilizar a intervenção, reduzindo riscos de descontinuidade e assegurando qualidade ao processo de urbanização.



© Acervo Instituto Raízes em Movimento

© Lorena Barbosa



COR LAB

📍 Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

→ Organização responsável

Centro de Operações e Resiliência (COR) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ)

Organização responsável

7Lan | Massachusetts Institute of Technology (MIT) | Intelbras | Google | Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) | Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

Ecossistema colaborativo que amplia e fortalece a gestão urbana integrada e resiliente do Rio de Janeiro

Período de implementação 2023 - presente

Foto: Sala de Situação do COR

Resiliência e Redução de Riscos



Metas
11.5 | 11.b



OBJETIVOS

- O COR.Lab objetiva ser um ambiente de inovação e tecnologia que fomenta um ecossistema onde diferentes partes interessadas vivenciam a imersão em um Centro de Operações e Resiliência, responsável pelo monitoramento ininterrupto de uma grande cidade;
- Reunir especialistas e instituições no maior laboratório de soluções para gestão de cidades, sendo um ambiente de cocriação e trocas focadas em resiliência urbana, e no aumento do aporte de tecnologia e inovação para o aprimoramento da capacidade de resposta do Centro de Operações e Resiliência da cidade do Rio de Janeiro; e
- Promover parcerias entre instituições públicas, privadas, não governamentais e multilaterais que contribuam para o melhor desempenho das atividades do COR.

DESAFIOS LOCAIS

O Rio de Janeiro enfrenta grandes desafios urbanos, incluindo impactos climáticos crescentes, questões de mobilidade e a gestão de riscos e crises inerentes a metrópoles de porte semelhante. Esses fatores, somados ao crescente número de eventos nacionais e internacionais que a cidade vem recebendo nos últimos anos, evidenciam a necessidade de planejamento operacional e de coordenação em situações de crise.

A criação do COR Lab busca ampliar essa capacidade, funcionando como um ambiente de inovação e tecnologia voltado à colaboração e à troca constante de informações, conhecimento e experiências entre diferentes partes interessadas.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

O COR Lab, ainda em fase de implementação, tem por objetivo funcionar como um ecossistema de inovação urbana para desenvolvimento, teste, experimentação e validação de soluções. Sua abordagem se estrutura a partir de:

- Criação multisetorial: envolvimento de sociedade civil, academia, organizações internacionais, redes de cidades, setor privado, startups, instituições financeiras e governos;
- Definição de oito eixos temáticos:
 - Meteorologia, oceanografia e clima;
 - Mobilidade;
 - Comunicação;
 - Ordem Pública;
 - Gestão de Risco;
 - Eventos;
 - Sustentabilidade e Resiliência; e
 - Inovação.
- Inclusão territorial: incentivo à participação de pessoas e organizações conectadas aos territórios mais vulneráveis, reconhecendo seu papel essencial na proposição de soluções viáveis e contextualizadas;
- Conjunto de iniciativas que estimulam a inovação, a articulação entre atores e a geração de soluções urbanas, como:
 - Pesquisa e desenvolvimento de soluções para desafios urbanos;
 - Organização da Comunidade, a qual se qualifica como um espaço aberto para o intercâmbio de informações, experiências e oportunidades; e
 - Organização de eventos para disseminação de conhecimento e promoção de networking.

PRINCIPAIS AÇÕES

Para viabilizar o lançamento do COR Lab, foram conduzidas ações estratégicas, entre as quais se destacam:

- Definição do conceito, objetivos e justificativa;
- Estabelecimento de documento jurídico para o estabelecimento para a celebração das parcerias e do fluxo de etapas da iniciativa; e
- Trabalho institucional de captação de parceiros e gestão de parcerias.

TRANSFORMAÇÕES

Com a implementação do COR Lab, espera-se alcançar:

- Proposição de soluções aplicáveis à operação e gestão urbana, tornando a cidade do Rio de Janeiro mais eficiente, resiliente, inovadora e inclusiva;
- Integração entre atores estratégicos para acelerar a resolução de desafios urbanos;
- Criação de um ecossistema de inovação aberta, colaborativa e acessível; e
- Ampliação da participação social e da gestão integrada da cidade.





PROGRAMA PISTA - PARQUE DE INOVAÇÃO, SOCIAL, TECNOLÓGICO E AMBIENTAL

 Rio de Janeiro (estado)

→ Organização responsável

[Governo do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade](#)

→ Organizações parceiras

[Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro \(FAPERJ\)](#)

Projeto em territórios vulneráveis promove inovação social para o desenvolvimento sustentável das comunidades

Período de implementação 2021 – 2022

Foto: Complexo do Alemão, território previsto na ampliação do Programa



Inovação



Meta
11.6



4 EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



8 TRABALHO DEENO
E CRESMENTO
ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA

OBJETIVOS

- Melhorar a qualidade de vida nas comunidades;
- Contribuir com agenda ambiental e ações para resiliência local;
- Reduzir conflitos sociais e ambientais; e
- Fortalecer a participação comunitária e a criação de parcerias com atores diversos.

DESAFIOS LOCAIS

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro enfrenta uma série de desafios socioeconômicos e questões de degradação ambiental que afetam as comunidades locais, sobretudo em territórios vulneráveis. Para enfrentá-los, é necessário um esforço conjunto do governo, da sociedade civil e de organizações não governamentais para promover o desenvolvimento sustentável, envolvendo a implementação de políticas públicas eficazes, investimentos em infraestrutura e educação, e a promoção da participação ativa das comunidades nessa busca.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

O Programa Parque de Inovação, Social, Tecnológico e Ambiental (PISTA) propõe soluções conjuntas para questões sociais e ambientais por meio do fomento de projetos e a implementação de seis módulos interdependentes nos territórios:

- 1) Fábrica da Economia Circular;
- 2) Observatório Comunitário: aproxima os moradores de dados e indicadores locais sobre políticas públicas;
- 3) Fábrica de Bio Sabão: promove práticas sustentáveis em todas as etapas de produção;
- 4) Diagnósticos de Negócios de Impacto: identifica necessidades e oportunidades de atuação nas comunidades;
- 5) Apoio à Consolidação dos Negócios de Impacto: assegura a continuidade e a sustentabilidade das iniciativas; e
- 6) Construção da Sede do PISTA: fortalece a identidade institucional e amplia a visibilidade do programa.

PRINCIPAIS AÇÕES

- Continuidade do Programa PISTA, já em andamento, na comunidade da Rocinha, com previsão para ampliação para as comunidades do Alemão e Morro das Marés; e
- Até 2023, 26 projetos foram fomentados pela FAPERJ na Rocinha.

TRANSFORMAÇÕES

Entre os resultados esperados pelas ações integradas do programa, destacam-se:

- melhoria das condições de vida e das oportunidades nas comunidades envolvidas;
- fortalecimento das redes comunitárias e da cooperação entre diferentes atores locais; e
- promoção de práticas sustentáveis que contribuam para a resiliência ambiental e social dos territórios.



© Thayane Massopust



NÚCLEO DE PERTENCIMENTO (NUP), AMBIENTE JOVEM

 Rio de Janeiro (estado)

→ Organização responsável

Governo do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS)

Jovens de comunidades próximas à Mata Atlântica lideram iniciativas sustentáveis em seus territórios

Período de implementação 2022 – presente

Foto: Ações promovidas pelo projeto



Juventude



Metas
11.3 | 11.6



OBJETIVOS

- Possibilitar que jovens sejam multiplicadores de educação para sustentabilidade;
- Atuar com educação ambiental em territórios vulneráveis; e
- Capacitar jovens para o ingresso no mercado de trabalho e para o empreendedorismo, com visão socioambiental.

DESAFIOS LOCAIS

A implementação de projetos de educação ambiental em comunidades tem como desafios a ausência de referências locais no tema e sua frágil articulação com o poder público. No Rio de Janeiro, mais de mil territórios têm potencial para receber núcleos do Ambiente Jovem, que visam superar essas dificuldades.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

A iniciativa Ambiente Jovem é estruturada a partir da criação de Núcleos de Pertencimento (NUP) que buscam fortalecer a relação das comunidades com a Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro. Cada NUP agrupa 50 jovens, que recebem capacitação em seis eixos temáticos: Bioma da Mata Atlântica; Água; Florestas; Ciclos Biogeoquímicos e Mudanças Climáticas; Ciclo de Vidas dos Produtos, Sociedade de Consumo e Gestão de Resíduos Sólidos; e Sustentabilidade e Cidadania.

Após a capacitação, os jovens participam de Oficinas de Arte-Educação, nas quais elaboram propostas para Planos de Intervenção Local. A proposta é que a instrumentalização permita sua execução e a multiplicação do conhecimento adquirido. Como critérios para participação, os jovens devem:

- ter entre 16 e 24 anos;
- ter concluído o Ensino Fundamental;
- residir no território do núcleo ou adjacência; e
- ser integrantes de famílias incluídas no CadÚnico.

Os jovens selecionados recebem uma bolsa auxílio de R\$ 300,00 mensais em período entre seis e nove meses.



PRINCIPAIS AÇÕES

- 395 NUPs criados nos dois primeiros ciclos desde 2022, com a participação de 17,8 mil jovens;
- Elaboração e execução de Planos de Intervenção;
- Capacitação de jovens em temas relacionados com sustentabilidade, em especial em tópicos sensíveis à Mata Atlântica; e
- Promoção de iniciativas que promovem a recuperação de rios, reflorestamento e educação ambiental.

TRANSFORMAÇÕES

Dentre os principais projetos realizados pelos NUP, destacam-se:

- Construção de uma ecobarreira para contenção de materiais no corpo hídrico na Vila Tamoios;
- Coleta de mais de uma tonelada de lixo na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba; e
- Plantio de mudas e recuperação de áreas degradadas em São José de Ubá.

TESTEMUNHO DAS COMUNIDADES



Eu amo meu território demais. Eu fiz parte da primeira turma do Ambiente Jovem, um programa que foi um divisor de águas na minha vida e na de vários jovens, pois olhou para a juventude e para a crise climática. A gente sabe que do jeito que a nossa cidade foi construída, existe um racismo estrutural. Quem está nas pontas, a juventude periférica e favelada, é quem sofre mais com essas crises. O Ambiente Jovem gerou oportunidades de trabalharmos e termos um olhar diferente para o nosso território: afeto, carinho e pertencimento. E isso é muito importante, pois é com o pertencimento que temos vontade de querer cuidar do lugar.



Larissa Eugenio, Estudante de Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)





CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE INSTRUMENTO PARA ARBORIZAÇÃO URBANA

São Paulo, São Paulo

→ Organização responsável

Prefeitura de São Paulo – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

**Corredor verde no Butantã: processo participativo
para aproximar a comunidade da arborização urbana**

Período de implementação 2023 – presente

Foto: Atividade de mobilização com a sociedade civil



Espaços
Públicos



Metas
11.3 | 11.7



11. CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



13. AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA

15. VIDA
TERRESTRE

OBJETIVOS

- Implantar um corredor verde no Butantã, em articulação entre poder público e sociedade civil; e
- Sensibilizar e envolver a comunidade local no desenvolvimento de iniciativas ambientais e preservação dos recursos naturais.

DESAFIOS LOCAIS

A subprefeitura do Butantã, na Zona Oeste da cidade de São Paulo, enfrenta efeitos da urbanização semelhantes aos de outras áreas da cidade, como a supressão e fragmentação da vegetação nativa, acompanhadas de alterações ambientais. Esses processos afetam tanto a biodiversidade local quanto a qualidade de vida da população. A proposta busca restaurar e conectar áreas verdes, conforme diretrizes municipais, ao mesmo tempo em que promove melhorias na infraestrutura urbana e estimula a sensibilização dos moradores.

ABORDAGEM E METODOLOGIA

A concepção do corredor verde foi orientada pelo Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL) e pelo Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU). A primeira fase de implementação foi organizada em quatro etapas: reuniões, vistorias técnicas, planejamento e plantio.

O processo envolveu articulação entre poder público e sociedade civil, com a participação do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz do Butantã (CADES-BT) e o Coletivo Corredor Ecológico do Butantã e os moradores. De forma conjunta, foram definidas as ruas que compõem o corredor verde, seguindo diretrizes do Manual Técnico de Arborização Urbana da Cidade de São Paulo. A comunidade também esteve presente nas atividades de plantio e na sinalização das espécies.



PRINCIPAIS AÇÕES

- Plantio de 136 mudas em sete ruas do Butantã, conectando áreas verdes relevantes da região; e
- Envolvimento da sociedade civil em diferentes fases da implantação, incluindo participação em encontros, sugestões sobre o plantio, confecção de placas de identificação das espécies e mobilização dos moradores.

TRANSFORMAÇÕES

- Contribuição para conexão entre as áreas verdes da Cidade Universitária (USP), da Floresta do Parque da Ciência/Instituto Butantan, e dos Parques Municipais da Previdência e Luís Carlos Prestes, além da Praça Santo Epifânio (Mata do Boturoca); e
- Fortalecimento da participação comunitária, com moradores demonstrando disposição para contribuir e trabalhar em conjunto com o poder público em prol da preservação ambiental.



© Divulgação



BIODIGESTORES EM ESCOLAS

📍 Porto Alegre, Rio Grande do Sul

→ Organização responsável

Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Organizações parceiras

International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI) | Google Foundation

Biodigestores em escolas de Porto Alegre são solução para tratar localmente resíduos orgânicos, reduzir emissões e criar impacto positivo na comunidade escolar

Período de implementação 2022 – presente

Foto: Biodigestor e horta na EMEF Gabriel Obino



Juventude



11 CIDADES E
COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Meta
11.6



7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL
13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA

OBJETIVOS

- Mitigar emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de resíduos orgânicos em escolas municipais, com geração de biogás para reduzir custos de energia e produção de biofertilizante para uso em hortas escolares; e
- Diminuir focos irregulares de resíduos orgânicos no entorno das escolas, contribuindo para a sustentabilidade urbana.

DESAFIOS LOCAIS

Porto Alegre enfrenta desafios com a disposição de resíduos orgânicos, que ao serem enviados a aterro sanitários aumentam seus impactos pelas emissões de GEE do transporte. Por sua vez, a Prefeitura Municipal reconhece que as escolas são responsáveis pela produção de uma quantidade significativa de resíduos orgânicos.



ABORDAGEM E METODOLOGIA

O uso de biodigestores nas escolas apresenta solução para o tratamento de resíduos orgânicos, que são convertidos em biogás e biofertilizante. O biogás gerado tem sido usado nos fogões das cozinhas das escolas, e o biofertilizante como adubo em hortas, cuja produção complementa a alimentação escolar. Adicionalmente, os biodigestores têm fomentado atividades de conscientização e capacitação ambiental para alunos e servidores.



PRINCIPAIS AÇÕES

- Até o fim de 2024, foram instalados biodigestores em 10 escolas públicas municipais em Porto Alegre, nos bairros Restinga, Chapéu do Sol, Cavalhada, Rubem Berta, Ipanema, Mário Quintana, Humaitá, Teresópolis e São José;
- Capacitação de alunos e equipe escolar para manejo dos equipamentos;
- Implementação de hortas com uso de biofertilizante; e
- Promoção de atividades de educação ambiental nas escolas.

TRANSFORMAÇÕES

Em um ano, por escola, foi verificado:

- Redução de envio de material orgânico para os aterros, correspondentes a até 1,6 toneladas de resíduos orgânicos;
- Economia de até R\$2.900,00 com botijões de gás, além da produção de até 9 mil litros de fertilizante natural; e
- Mitigação de até 6 toneladas de GEE anuais por biodigestor.

© Alex Rocha/PMPA

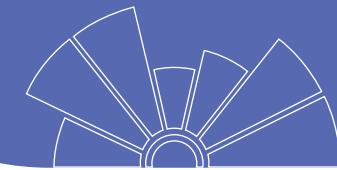
© Cesar Lopes

TESTEMUNHO DAS COMUNIDADES



O biodigestor desempenha um papel fundamental na educação ambiental das crianças. Ao presenciarem a transformação de resíduos em recursos valiosos, os alunos são sensibilizados sobre a importância do consumo responsável e da preservação do meio ambiente.

Rosane Kjellin, diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)
Vereador Antônio Giúdice



CONSIDERAÇÕES FINAIS



As experiências apresentadas neste manual mostram que há **avanços em direção a cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis no Brasil**. São iniciativas inspiradoras promovidas por instituições, governos locais e estaduais que demonstram, na prática, como os desafios urbanos podem ser enfrentados de forma criativa e participativa.

Os resultados alcançados por essas práticas estão fortemente ligados às **redes de parceria fortalecidas** entre comunidades, governos e instituições. Esse mesmo espírito de colaboração se amplia agora ao serem compartilhadas com outros territórios.

Agradecemos às instituições e representantes que enviaram suas contribuições. Ao difundir essas iniciativas, reforçamos o **potencial do aprendizado mútuo**, tanto em escala nacional quanto no diálogo com outros países do Sul Global.

Nesse sentido, o Projeto Simetria Urbana mostra-se como uma ferramenta potente para fortalecer e ampliar as trocas promovidas pela Cooperação Sul-Sul Trilateral. Ao compartilhar experiências e adaptar soluções a cada realidade local, a iniciativa contribui para gerar resultados concretos nas comunidades, **fortalecendo capacidades, ampliando oportunidades e apoiando caminhos de desenvolvimento urbano mais sustentável**.



ANEXO: OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Como complemento às experiências e reflexões apresentadas, este anexo reúne os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas respectivas metas, acompanhados de links para consulta direta no site da ONU Brasil. No caso do ODS 11, também são apresentadas suas submetas, considerando sua centralidade nos temas discutidos e as referências indicadas ao longo da publicação.



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



1
ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



ODS 1. ERRADICAÇÃO DA POBREZA

- Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

2
FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL



ODS 2. FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

- Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

3
SAÚDE E
BEM-ESTAR



ODS 3. SAÚDE E BEM-ESTAR

- Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

4
EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



ODS 4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

- Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

5
IGUALDADE
DE GÊNERO



ODS 5. IGUALDADE DE GÊNERO

- Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

6
ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



ODS 6. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

- Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

7
ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL



ODS 7. ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

- Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

8
TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



ODS 8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

- Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

9
INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



ODS 9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

- Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

10
REDUZIR AS
DESIGUALDADES



ODS 10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

- Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

ODS 11. COMUNIDADES E CIDADES SUSTENTÁVEIS

→ **Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais



ODS 12. CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

- Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis



ODS 13. AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

- Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos



ODS 14. VIDA NA ÁGUA

- Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



ODS 15. VIDA TERRESTRE

- Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade



ODS 16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



ODS 17. PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



SIMETRIA URBANA

Cooperação Sul-Sul para o Futuro das Cidades